

DITADURA E HOMOSSEXUALIDADES LACRANDO PERSPECTIVAS E RESISTÊNCIAS

Ronielys Souza

GREEN, J.; QUINALHA, R. (Org.). *Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade*. São Carlos: EdUFSCar, 2014.

A obra aqui resenhada, *Ditadura e homossexualidades*, é fruto de um intenso trabalho por parte dos organizadores, e de diversos pesquisadores que contribuíram com capítulos substanciais do livro, não apenas para dar visibilidade à população de lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e transgêneros (LGBT) ou para aprofundar o conhecimento historiográfico sobre a ditadura militar no Brasil. O trabalho organizado por James Green e Renan Quinalha representa uma verdadeira função exponencial no que tange às possibilidades de pesquisa visando as denúncias das repressões exercidas contra homossexuais, que ainda hoje são sentidas, ao mesmo tempo em que se propõe a reparação às pessoas LGBTs que foram perseguidas no período ditatorial brasileiro. Isso sem citar a lacuna existente, na historiografia que se refere à ditadura, pois faltam trabalhos sistêmicos que articulem recortes específicos de gênero e sexualidade na conjuntura do regime.

A ideia de produzir um livro sobre ditadura e homossexualidades surgiu na 98ª audiência pública da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”, que contou com a presença de militantes notadamente reconhecidos da movimentação LGBT no Brasil, além de diversos pesquisadores, quando se viu a necessidade de firmar uma parceria com a Comissão Nacional da Verdade (CNV) para dizibilidade a esse tema tão silenciado.

O livro se estrutura em dez capítulos e contém diferentes pesquisas cujas abordagens, fontes, temáticas e denúncias compõem uma pequena parte de um horizonte investigativo que induz ao questionamento da repressão a LGBTs tanto durante quanto após a ditadura militar.

No capítulo I, *Homossexualidade, ideologia e “subversão” no regime militar*, Benjamim Cowan apresenta parte de sua pesquisa sobre o discurso homofóbico da ditadura, analisando fontes como: textos de revistas militares, documentos e discursos de época dos oficiais das Forças Armadas. Esse autor parte da problemática “porque a homossexualidade chamou a atenção dos censores – e, como veremos, dos ideólogos e forças de segurança do regime?” (p. 28) a princípio

dialogando com pesquisas sobre a censura cinematográfica no Brasil⁹² e posteriormente arrolando suas fontes no sentido de interpelá-las. A partir deste questionamento Cowan desenvolve a ideia sobre como autoridades e censores do regime militar estabeleceram uma ligação entre a homossexualidade, em especial a masculina, e a subversão comunista, como se fosse uma trama intentada pelo Movimento Comunista Internacional (MCI). É deste modo que Cowan evidencia que nas forças de segurança havia “a inclinação em ver o comunismo e os inimigos da *segurança nacional* atrás do comportamento, e ultimamente, o movimento homossexual” (p. 49), situação gerada por dois problemas, segundo ele: em parte por conta da publicidade do ativismo e sua visibilidade, e por outro lado devido à emergência de figuras gays na grande mídia, que seriam vistas como um incentivo à prática homossexual.

Após o capítulo I sobre a forma como o regime militar encarava a homossexualidade, quase como uma “semente” para a subversão comunista, o capítulo II, *Por baixo dos panos: repressão a gays e travestis em Belo Horizonte (1963-1969)*, de Luiz Morando, põe os leitores num clima marcado pela repressão através de diferentes dispositivos para o fechamento de diversos pontos de sociabilidade entre gays e travestis. O texto de Morando está fundamentado na análise de reportagens de jornais e revistas de Belo Horizonte, bem como nos autos judiciais de determinados delitos e em algumas entrevistas. Sua abordagem das fontes, diferentemente do capítulo I, não parte de um questionamento, mas sim da análise de um material coletado que remete a um processo que antecede ao período da ditadura. É importante salientar as evidências que Morando aponta sobre a relação entre ideologia conservadora de vigilância e a repressão aos costumes, que projetam efetivos monitoramento e plano de moralização da cidade de Belo Horizonte, e nesse contexto algumas travestis⁹³, na mira da imprensa, buscam expor outra visibilidade para além daquela pejorativa relacionada à prostituição mesmo com as ações da polícia na capital mineira convergindo “para um campo ideológico cuja base era a repressão ao ‘desviante’ como forma de sanear o espaço urbano e a convivência social” (p. 79).

⁹² Neste sentido Benjamin Cowan dialoga, em especial, com dois trabalhos que abordam o tema da censura e indústria cinematográfica no Brasil: MARTINS, W. S. N. *Produzindo no escuro: políticas para a indústria cinematográfica brasileira e o papel da censura (1964-1988)*. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009. E mais especificamente, sobre minorias, Cowan referencia o seguinte artigo: SIMÕES, I. A censura cinematográfica no Brasil. In: CARNEIRO, M. L. T. (Org.) *Minorias silenciadas: a história da censura no Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2001.

⁹³ Luiz Morando utiliza o termo travesti no gênero feminino com a intenção de acentuar a identidade de gênero do segmento já naquele período, embora essa opção possa parecer anacrônico pois na imprensa da época o termo era comumente utilizado apenas no gênero masculino.

O capítulo terceiro, *Um lampião iluminando esquinas escuras da ditadura*, por Jorge Caê Rodrigues, é uma parte da obra deste autor, *Impressões de identidade* (2010) a qual é fruto de sua tese de doutorado concluída em 2007. O texto de Rodrigues lança um rápido olhar sobre a emergência e desenvolvimento do jornal *Lampião da Esquina* (1978-1981), tido como primeiro veículo que defendia assumidamente os direitos homossexuais.⁹⁴ É interessante notar que a abordagem de Rodrigues, a partir de área de comunicação, não realiza apenas uma análise centrada nos aspectos estéticos do jornal e sua história. A análise do jornal conta ainda com a entrevista de duas pessoas que trabalharam na redação do jornal e evidencia os embates que lá houveram, além de mostrar as repressões que o jornal sofreu em sua curta existência, bem como aspectos relevantes para compreensão das identificações homossexuais no referido período.

O capítulo IV, *Lésbicas e a ditadura militar: uma luta contra a opressão e por liberdade*, por Marisa Fernandes, ganha uma tonalidade especial porque a autora participou dos acontecimentos aos quais se reporta, sendo que estes fatos vão da década de 1970 a meados de 1985. Ela aborda a emergência da facção lésbico-feminista no interior do Grupo Somos e aponta a dupla dificuldade da movimentação homossexual: a visibilidade frente a repressão de um estado político-militar de direita, e o enfrentamento contra a esquerda ortodoxa, a qual não compreendia o empreendimento de lutas para além da luta de classes – nessa segunda dificuldade a autora aponta ainda os embates da inserção lésbica dentro do movimento feminista em São Paulo. Fernandes conta que a escritora Cassandra Rios teve várias obras censuradas, por ser pioneira em literatura de ficção sobre lesbiandade no Brasil; cita em detalhes o “nosso pequeno Stonewall”, uma manifestação ocorrida no Ferro’s Bar em 1983. As fontes da autora são cartas, informativos, comunicados, panfletos, boletins publicados por lésbicas organizadas e artigos publicados na grande imprensa e no *Lampião da Esquina*. A princípio esse capítulo parece ser apenas um relato memorialista, mas devido à escassez de fontes sobre a homossexualidade feminina no Brasil tal capítulo torna-se uma narrativa que permite o conhecimento sobre possíveis fontes que possibilitam a análise da homossexualidade feminina e sua movimentação durante a ditadura militar.

⁹⁴ Alguns autores apontam *Lampião da Esquina* como prelúdio efetivo da movimentação homossexual, dentre eles se destacam as obras: *Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX* (2000), de James Naylor Green, e a obra *Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade* (2007), por João Silvério Trevisan.

Partindo de um breve histórico das rondas policiais e sobre a vadiagem anteriores a 1976, Rafael Freitas Ocanha no capítulo V, *As rondas policiais de combate à homossexualidade na cidade de São Paulo (1976-1982)*, aborda duas ideias centrais em seu texto. Primeiramente ele analisa a pesquisa do delegado Guido Fonseca de 1976 sobre a prostituição de travestis, na qual tal oficial trata de vários aspectos. A partir dessa análise Ocanha estabelece uma relação entre esse estudo, a vadiagem enquanto contravenção penal, e as rondas policiais empreendidas por outro delegado, José Wilson Richetti, a partir de 1980 com o objetivo de limpar a cidade, em especial a repressão ao *trottoir* de travestis. Por um lado, o resultado desse trabalho expõe de forma clara a subjetividade do uso da lei de vadiagem e mostra a repressão a LGBT paulistas silenciada na grande imprensa do período; por outro lado, Ocanha evidencia o apoio de diversos setores da sociedade para a repressão a homossexuais, vistos como à margem da sociedade e ligados à criminalidade.

Extremamente instigante é o capítulo VI escrito por James Naylor Green, *O grupo somos, a esquerda e a resistência à ditadura*, no qual ele aborda o processo de formação do Grupo Somos concomitantemente à emergência da incipiente visibilidade da movimentação homossexual no Brasil entremeado ao processo de abertura política. É preciso notar que, assim como Marisa Fernandes, Green também vivenciou parte da história que narra em seu artigo, mas aponta aspectos substanciais em sua revisão do passado como: as contiguidades e as refutações entre o Grupo Somos e o jornal Lampião da Esquina; a contraposição entre a luta específica e a luta maior, a luta de classes; as dificuldades em sustentar a organização; os problemas de gerenciamento devido ao aumento substancial de participantes; e, as transformações culturais, exemplificadas nas performances dos Dzi Croquettes. De modo coeso e entrelaçado aos aspectos citados Green dá um panorama sobre o Grupo Somos antes e durante o que ele chama de “primeira etapa do movimento LGBT brasileiro”.

O capítulo VII, *De Denner a Chrysóstomo, a repressão invisibilizada: as homossexualidades na ditadura*, por Rita de Cassia Colaço Rodrigues, basicamente aborda alguns aspectos relativos ao sistema de justiça e as operações de censura, explorando a forma como o Estado se valeu de instrumentos legais para controlar as liberdades e expressões artísticas. A autora usa de revistas, jornais, periódicos, portarias, ofícios e outros documentos oficiais para realizar suas análises a respeito do aparelho policial, sobre os usos seletivos da Lei de Imprensa, a criminalização de abordagens fora da lógica da moral pública e dos bons costumes.



Renan Quinalha, formado em direito e ciências sociais e assessor da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”, escreveu o oitavo capítulo, *A questão LGBT no trabalho de memória e justiça após a ditadura brasileira*, particularmente um dos capítulos mais substanciais no que tange às denúncias de violação dos direitos humanos de pessoas LGBTs. Quinalha delinea com propriedade as implicações do conceito de justiça de transição explorando suas limitações e possibilidades, tão caro a sua análise que vai além dos anos da ditadura militar. Ele estabelece os *links* que se devem ter em mente ao visar a justiça de transição LGBT e ao revisar a memória da justiça no Brasil sobre a invisibilidade da questão LGBT.

O penúltimo capítulo, *Da dissidência à diferença: direitos dos homossexuais no Brasil da ditadura à democracia*, por José Reinaldo de Lima Lopes, parte do questionamento sobre: que relação de implicação necessária pode haver entre defesa de direitos para homossexuais e defesa da democracia? O enredo de seu texto discute a questão da democracia em relação às diferenças e dissidências tendo em mente o direito dos homossexuais, é nesse sentido que a luta específica emerge para além do limite imposto pela esquerda ortodoxa. Em resumo o autor aborda uma linha de raciocínio vinculando a movimentação homossexual na segunda metade do século XX entrelaçando-a ao processo de busca por direitos homoafetivos, denunciando a discriminação maquiada na esfera social que segue sendo a grande luta, depois de conquistado o direito à igualdade perante o Estado. Mas, pensando essa “igualdade perante o Estado” é necessário lançar a seguinte pergunta ao trabalho de Lopes: o que existe de fato é o “direito” à igualdade ou a igualdade efetiva? E nesse sentido ele aborda tal questionamento de forma implícita mas não o responde satisfatoriamente seja mundial ou mesmo no caso específico do Estado brasileiro.

O último capítulo, *Contribuição sobre o tema ditadura e homossexualidades para o relatório final da Comissão Nacional da Verdade e parcerias*, escrito pelos organizadores James Naylor Green e Renan Quinalha, representa o fechamento do livro e sua compreensão efetiva contra a repressão a LGBTs durante e após a ditadura.

Em vias de considerações finais, a obra resenhada inicia uma visibilização de LGBTs no trabalho de memória, verdade e justiça na consolidação dos direitos humanos incididos nos relatórios da CNV. Contudo, esse assunto não se esgota numa única obra, visto que permanecem alguns interstícios não preenchidos como: o que tange a posição de entidades religiosas, o que diz respeito às torturas ocorridas dentro de prisões, ou mesmo a pouca ênfase à homossexualidade

feminina, pois se se falasse de homossexualidades e não mencionassem pautas feministas seria uma profunda contradição de quem propõe denunciar a repressão a LGBTs. Enfim, tais pontos citados não constituem falhas, mas possibilidades de pesquisas à luz de novos questionamentos, como aquele que levanto ao fim do texto de José Reinaldo de Lima Lopes “o que existe de fato é o ‘direito’ à igualdade ou a igualdade efetiva?”, e que permanecem abertos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- GREEN, James Naylor. *Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil no século XX*. Trad. Cristina Fino e Cássio Arantes Leite. 1. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- MARTINS, W. S. N. *Produzindo no escuro: políticas para a indústria cinematográfica brasileira e o papel da censura (1964-1988)*. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.
- SIMÕES, I. A censura cinematográfica no Brasil. In: CARNEIRO, M. L. T. (Org.) *Minorias silenciadas: a história da censura no Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2001.
- TREVISAN, João Silvério. *Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

